

HISTÓRIA DOS INTELLECTUAIS E HISTÓRIA INTELECTUAL: CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA FRANCESA*

GIZELE ZANOTTO**

RESUMO

Nosso objetivo neste artigo é traçar um breve balanço da historiografia da história dos intelectuais em França, bem como acompanhar os esforços pelo seu revigoramento e valorização, que culminaram com as novas abordagens deste objeto a partir dos anos 60. Partindo da contextualização dos debates, acompanharemos o chamado ostracismo desta abordagem histórica (especialmente com a consolidação da *École des Annales*), bem como sua renovação pelos trabalhos produzidos sobre o tema nas últimas décadas, que aprofundaram e/ou mobilizaram categorias analíticas instigantes e pertinentes para uma compreensão mais ampla do tema em questão.

A história dos intelectuais e a história intelectual em França vêm se destacando no cenário historiográfico das últimas décadas com uma proposta ampla, que a localiza no cruzamento do político e do cultural¹. Esse cruzamento é considerado essencial para a compreensão deste grupo ímpar, de sua atuação engajada, de seu pensamento e da influência deste sobre estratos específicos e/ou sobre o conjunto da população. Tal objeto de estudo, entretanto, passou por um longo período de ostracismo e desvalorização no cenário francês, especialmente com a consolidação da chamada *École des Annales*² e

* Este artigo deriva de reflexões acerca da historiografia francesa sobre os intelectuais, suscitadas durante a participação na disciplina *História Intelectual e Teoria Política*, ministrada pelo prof. Dr. Ricardo Silva, cuja ênfase recaiu sobre as contribuições inglesa, alemã e estadunidense sobre o tema.

** Professora do Dep. de Biblioteconomia e História – FURG; Doutora em História Cultural – UFSC. Email: gizele.zanotto@bol.com.br

¹ Filiamo-nos à proposta de Antoine Prost que defende a ligação intrínseca entre a história cultural e a história social, em contraponto aos historiadores que defendem uma delimitação dos dois campos. Assim, quando mencionamos história cultural, implicitamente fazemos referência também à história social e suas contribuições. Ver: PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 123-137.

² Ver: AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Os Annales e a historiografia francesa: tradições*

sua crítica contundente à historiografia tradicional então preponderante, marcadamente política e militar, em prol de uma

história mais abrangente e totalizante [que] nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir não podia reduzir-se a um pálido reflexo dos jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento³.

Nosso objetivo neste breve artigo é apresentar parte da história deste ostracismo da história dos intelectuais em França (de onde se estendeu também para outros países), gerado especialmente pelos *annalistas* das primeiras gerações, e acompanhar os esforços pelo seu revigoramento e valorização, que culminaram com as novas abordagens desse objeto propostas pela *Nova História Política* e mesmo pela *Nova História Cultural*. Por fim, enfatizamos algumas de suas contribuições para o estudo dos intelectuais, um objeto simultaneamente complexo e profícuo.

“OSTRACISMO” DO ESTUDO DOS INTELECTUAIS: A ÉCOLE DES ANNALES

A chamada *Revolução Francesa da Historiografia*, segundo alcunha de Peter Burke, surgiu da crítica à historiografia francesa do final do século XIX e início do XX e se estruturou a partir da criação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929)⁴, liderada inicialmente pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch. As idéias diretrizes da revista preconizavam a substituição da tradicional história narrativa dos acontecimentos pela história-problema, pela história de todas as atividades humanas e não somente a história política, e pela colaboração com outras disciplinas no desenvolvimento do trabalho do

críticas de Marc Bloch a Michel Foucault. Maringá: Ed. da UEM, 2000; BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia*. 3. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991; CLARK, Stuart. Os historiadores dos Annales. In: SKINNER, Quentin (Dir.). *As ciências humanas e os seus grandes pensadores*. Lisboa: Dom Quixote, 1992; REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

³ ODÁLIA, Nilo. Apresentação. In: BURKE, 1991, p. 7.

⁴ A revista, como expoente de um movimento múltiplo e diversificado, teve seu título alterado em duas ocasiões. Em 1946, no início da chamada segunda geração de *annalistas* liderados por Fernand Braudel, passou a intitular-se *Annales. Economies. Sociétés. Civilisations*. Em 1994, agora na chamada terceira geração (quarta para Aguirre Rojas, que a localiza a partir de 1989) o título foi alterado para *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, e assim permanece em nossos dias.

historiador. Assim, a criação do movimento dos *Annales* resultou da tentativa de deslocar do centro de atenção as ações políticas, propondo um comprometimento novo com uma teoria social globalizante, que transcendesse o indivíduo e o evento concreto pela valorização das forças impessoais que movem os homens e seus destinos, pela demarcação de ritmos mais lentos que acompanham o avanço do tempo social e pela valorização do ambiente (como desafio ou limitador da ação humana).

O grupo inicial dos *Annales*, tido por pequeno, radical e subversivo, teria se caracterizado pela “guerra de guerrilha”⁵ contra a história tradicional. Sob a liderança de Bloch e Febvre (primeira geração, 1929-1945), a revista visou a exercer liderança no meio intelectual da história econômica e social, propondo aos estudiosos a criação de uma abordagem nova e interdisciplinar. No pós-guerra, o movimento e a revista, agora liderados por Fernand Braudel (1945-1968), apoderaram-se do *establishment* histórico francês. Essa geração se caracterizou pela defesa de uma proposta hierárquica e tripartite de compreensão do tempo e da história, derivada de seu líder: o tempo lento das estruturas, o tempo médio das conjunturas e o tempo trepidante dos eventos. O determinismo braudeliano do meio sobre as ações do homem manteve-se como diretriz até 1968, quando iniciou a chamada terceira geração dos *Annales*, agora marcada pela fragmentação e pela divisão de lideranças e abordagens. Afora sua multiplicidade, dois modos de fazer história se destacaram e marcaram essa geração: a história das mentalidades (história cultural) e a história quantitativa ou serial (história social). Influenciados pela antropologia histórica e pela etno-história, os *annalistas* consagram-se com novas posturas diante da história social, cultural e mesmo política (que começava a ser reabilitada) a partir de outros referenciais teórico-metodológicos, cujas bases se localizam nos estudos de Pierre Bourdieu, Pierre Chaunu, Erving Goffman, Victor Turner, Michel Foucault e Michel de Certeau. A terceira geração dos *Annales* foi a ponta de lança para as chamadas *Nova História Política* e *Nova História Cultural* que iriam consagrar-se a partir das décadas finais do século XX e que, em seu bojo, reabilitaram e muniram de instrumentos analíticos também os estudos sobre os intelectuais.

Um panorama da historiografia francesa no século XX nos auxilia na compreensão da própria história da história dos intelectuais em França e no *status* que essa disciplina obteve junto aos historiadores. Como já destacamos, a chamada *École des Annales* surgiu como proposta alternativa crítica à história tradicional, política e dos eventos,

⁵ BURKE, 1991, p. 12.

então hegemônica. Essa historiografia tradicional, preconizando os grandes fatos, os grandes homens, as grandes conquistas, tornava possível e mesmo desejável uma história dos intelectuais grandiloqüente vinculada ao ideal do Iluminismo e de sua valorização exaltada das benesses da razão e da ciência na explicação do universo e no governo dos homens. Beneficiada também com o apreço pela biografia, a história dos intelectuais de orientação tradicional manteve-se valorizada até a década de 1920, quando o grupo dos futuros fundadores dos *Annales* iniciou uma crítica contumaz à orientação historiográfica que lhe deu sustentação, o que acabou por refletir-se na desvalorização acentuada da história dos intelectuais a partir das primeiras décadas do século XX. Mais do que em outros campos, a história dos intelectuais sofreu um processo de suspeição – especialmente pelos *annalistas* – movido contra os pesquisadores do político. Entretanto, apesar das críticas dos *annalistas* à história política e à história das idéias, aos estudos dos intelectuais, alguns trabalhos demonstraram que essa falta de simpatia não significou a rejeição de toda e qualquer idéia em seus textos, como destacou Francisco Falcon. Entre os trabalhos produzidos por *annalistas* das primeiras gerações e que de alguma forma apresentam elementos de uma história intelectual, o autor destaca: *Os reis taumaturgos*, de Marc Bloch; *O grande medo de 1789*, de Lucien Febvre; *Um destino: Martinho Lutero, Erasmo, A contra-reforma e o espírito moderno* e *O problema da descrença no século XVI*, de Lucien Febvre. Tais obras demonstram a possibilidade de uma história dos intelectuais – diversa da abordagem tradicional – comprometida com a análise, com os movimentos coletivos, com psicologias individuais, mas sempre alicerçadas em conceitos inovadores como utensilagem mental, atitudes mentais, formas de pensamento, etc., e englobando outras questões como a linguagem, as crenças, a cultura popular e as concepções filosóficas⁶.

A historiografia sobre os intelectuais recebeu este duro golpe dos *Annales* e como que se atrofiou no período subsequente visto que, por algumas conexões, era imediatamente remetida à história política (que estava no ostracismo neste período), como salientou Jean-François Sirinelli:

empreendida pela via indireta da história dos engajamentos individuais, ela se situava – duplo defeito! – no cruzamento da biografia e do político; considerada sob o ângulo coletivo, também esbarrava, é claro, na

⁶ FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Dominios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 109.

história social, mas tinha, nesse domínio, outros preconceitos a combater⁷.

No âmbito da história social, a história dos intelectuais recebia outro duro golpe dos *annalistas*, especialmente da chamada terceira geração e sua predileção por uma história serial ou quantitativa. Os intelectuais constituem um grupo social difícil de se delimitar, visto seus contornos vagos, e que por muito tempo permaneceu pouco significativo em termos numéricos. Tal situação desestimulava e mesmo desvalorizava estudos quantitativos e o próprio pesquisador sofria condenações num tempo em que a história deveria ser serial. Também havia críticas derivadas do mal-entendido entre a história dos intelectuais e a história das idéias políticas⁸, e mesmo a história da cultura política. Como recordou Sirinelli, foi somente a partir da segunda metade da década de 70 que a história dos intelectuais foi impulsionada e perdeu seu *status* indigno, em grande parte como resultado dos esforços de historiadores do político e da cultura, e também em decorrência do aumento numérico desse grupo social. Com novo vigor, ressurgiu o interesse dos pesquisadores pela história política, pelos intelectuais e grupos sociais estatisticamente limitados, pela biografia histórica, pela história recente, etc. Reabilitada, a história dos intelectuais agora poderia – e deveria – ser provida de novas discussões e de instrumentos teórico-metodológicos que, mesmo que não viessem a solucionar todas as questões e controvérsias, pelo menos reduziriam os riscos de um estudo ingênuo e pouco crítico⁹.

NOVAS CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA FRANCESA PARA O ESTUDO DOS INTELECTUAIS

A preocupação com os intelectuais em França no decorrer do século XX remetem ao estrondoso *Affaire Dreyfus*¹⁰ (1894-1906), tido

⁷ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 234.

⁸ Ver: WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, 2003, p. 271-294.

⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, 2003, p. 234 a 241.

¹⁰ Alfred Dreyfus (1859-1935), capitão do estado-maior geral do exército francês, foi acusado de espionagem em favor da Alemanha, por terem sido encontrados documentos com a sua caligrafia falsificada junto ao adido militar alemão em Paris. Foi, por isso, condenado em 1894 à prisão perpétua na Ilha do Diabo, na costa da Guiana Francesa. Em 1898 foram encontradas evidências de sua inocência e da culpa do major francês Esterhazy, mas o segundo julgamento manteve o resultado do primeiro, provocando a indignação do escritor Émile Zola (1840-1902), que expôs o escândalo ao público geral no jornal literário *L'Aurore* numa famosa carta aberta ao então Presidente da República Félix

como marco fundador de uma história dos intelectuais e da própria definição mais corrente de intelectual, que vincula ao termo a idéia de engajamento nas causas da vida pública. Rémond, em artigo publicado em 1959, tratava dessa questão partindo de uma compreensão ampla de política – designativa das atividades diversas e que não engajam todos os intelectuais da mesma forma em que se reflete sua adesão, nome ou assentimento (campanhas eleitorais, mandatos parlamentares, ação militante, petições, manifestos, etc.) – e apontava a peculiaridade da posição dos intelectuais no cenário francês, onde desde o século XVIII certo culto à inteligência lhes legou uma posição privilegiada na vida política nacional. Segundo Rémond, desde Voltaire o povo francês estaria sendo habituado a esperar dos “altos espíritos” uma direção de consciência. Nesse sentido, os momentos de crise da consciência francesa apareceram também como episódios em que o engajamento e/ou posicionamento apareceu como dever para os membros da *intelligentsia*. Desses momentos, foram destaques: o caso Dreyfus, a Revolução Russa, o Cartel das Direitas, as Ligas e a Frente Popular, a Guerra da Espanha e Munique, o período de Vichy e a Resistência, as guerras da Argélia e Hungria (mais tarde, a Guerra Fria e o comunismo). O autor finda o artigo destacando que a peculiaridade do comportamento político dos intelectuais franceses mereceria por si só um estudo – sugestão esta aceita posteriormente por vários estudiosos¹¹. A partir dos anos 1970, quando os intelectuais adeptos dos partidos ou grupos de esquerda desiludiram-se com o próprio movimento que defendiam, uma mudança substancial pôde ser visualizada: o questionamento sobre os limites de sua atuação de

Faure, intitulada *J'accuse!*, em 13 de Janeiro de 1898. O escândalo dividiu a opinião pública entre *dreyfusards* (a esquerda progressista) e *anti-dreyfusards* (a direita conservadora), e surgiram fortes ataques anti-semitas por parte da direita e anticlericais à esquerda – por ser Dreyfus judeu e a Igreja Católica ligada ao Estado. Os debates arrastaram-se por mais oito anos, até o capitão ser totalmente inocentado, em 1906.

¹¹ RÉMOND, René. Les intellectuels et la Politique. *Revue Française de Science Politique*, v. 9, n. 4, p. 860-880, 1959.

Ver também: DAMAMME, Dominique. Sur les intellectuels en Europe: politique et culture. *Revue Française de Science Politique*, v. 47, n. 1, p. 109-116, 1997; DUCLERT, Vincent. L'engagement scientifique et l'intellectuel démocratique. Le sens de l'affaire Dreyfus. *Politix*, v. 12, n. 48, p. 71-94, 1999; DURANTON-CRABOL, Anne-Marie. France: de l'intellectuel engagé à l'expert? *Matériaux pour l'Histoire de Notre Temps*, v. 48, n. 48, p. 6-13, 1997; GIRARD, Marcel. Positions politiques d'Emile Zola jusqu'à l'affaire Dreyfus. *Revue Française de Science Politique*, v. 5, n. 3, p. 503-528, 1955; JOLY, Bertrand. L'École des chartes et l'Affaire Dreyfus. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, v. 147, n. 1, p. 611-671; RACINE, Nicole. Une cause. L'antifascisme des intellectuels dans les années trente. *Politix*, v. 5, n. 17, p. 79-85, 1992; WINOCK, Michel. Les intellectuels dans le siècle. *Vingtième Siècle*, Revue d'Histoire, v. 2, n. 2, p. 3-14, 1984; WINOCK, Michel. Les affaires Dreyfus. *Vingtième Siècle*, Revue d'Histoire, v. 5, n. 5, p. 19-38, 1985.

experts e a necessidade de um engajamento pautado na moral, na ética e na justiça e não na dogmática partidária, nas ideologias globalizantes, no historicismo e nos exotismos de promessas¹². Destes questionamentos derivou uma nova modalidade de participação que ainda hoje orienta as condutas: o posicionamento especializado, as intervenções pontuais e individualizadas¹³.

No âmbito historiográfico propriamente dito, percebemos uma retomada dos estudos sobre os intelectuais impulsionada a partir dos anos 1980 por um grupo de pesquisadores vinculados à chamada *Nova História Política* – embora, como já mencionamos, haja uma ampliação das abordagens que estão produzindo trabalhos inseridos nos âmbitos político e cultural. Em seus artigos percebe-se claramente o esforço pela reabilitação da história política e suas derivadas, bem como o desenvolvimento de ferramentas conceituais que possam dar conta de uma nova maneira de pensar e fazer a história dos intelectuais¹⁴. Uma primeira questão – instrumental para qualquer estudo – logo se impôs aos historiadores: como definir este grupo social do qual se pretendia elaborar estudos? Esse desafio foi encarado por Sirinelli, que, em artigo sobre a história dos intelectuais, após destacar o caráter polimorfo do conceito, propôs duas definições preliminares (e que ainda em nossos dias servem de norte às investigações: 1. uma definição sociológica e cultural, que engloba os criadores e mediadores culturais: jornalistas, escritores, professores secundários, sábios, etc.; 2. uma definição

¹² Segundo Winock, os intelectuais fizeram um manifesto em 1973 explicando sua mudança de atitude. O documento intitulou-se *Les intellectuels et les pouvoirs: Manifeste où l'on soutient que la culture des illusions assure peut-être la tranquillité des dirigeants, certes pas la qualité des militants*, do qual o excerto a seguir é integrante: “Aucun pays, aucun régime, aucun groupe social n’est porteur de la vérité et de la justice absolue, et sans doute aucun ne le sera jamais. Le terriante expérience du stalinisme, la transformation d’intellectuels révolutionnaires en apologistes du crime et du mensonge, montrent jusqu’où peuvent conduire les identifications utopiques et l’attrait du pouvoir, ces tentations caractéristiques de l’intellectuel contemporain... Il n’y a pas de César individuel ou collectif qui mérite l’adhésion de tous. L’idéal d’une société juste n’est pas celui d’une société sans conflit – il n’y a pas de fin de l’histoire – mais d’une société où ceux qui contestent peuvent, à leur tour, quand ils viennent au pouvoir, être contestés ; d’une société où la critique soit libre et souveraine, et l’apologétique inutile”. WINOCK, 1984, p. 12-13.

¹³ Sobre as modalidades de participação engajada dos intelectuais franceses ver: DURANTON-CRABOL, 1997; WINOCK, 1984.

¹⁴ O desenvolvimento das ferramentas teórico-metodológicas para o estudo dos intelectuais sofreu críticas consistentes desde a sua retomada, na década de 1970 e especialmente de 1980. Apesar de não abordarmos tais questões e as respostas a elas, ressaltamos que os textos citados dão conta deste tema e, sem ignorar os riscos e dificuldades inerentes a tal estudo, propõem que a consciência de sua existência e a munção de instrumentos de análise e crítica viabilizam tais estudos que, assim como os demais, não estarão nunca isentos de limitações e de críticas.

política, fundada sobre a noção de engajamento, direto ou indireto, na vida da cidade. Para o autor, as duas acepções são complementares e podem ser articuladas, visto que ambas remetem à notoriedade do grupo dos intelectuais, assim como à sua capacidade de especialistas em dado tema que podem pôr a serviço da causa que defendem¹⁵. A partir de tais concepções sobre os intelectuais, os historiadores do político apresentaram outras ferramentas teórico-metodológicas que nos auxiliam nos estudos sobre este grupo social, das quais são destaques: a reconstituição de itinerários, a noção de geração e de estruturas de sociabilidade.

Segundo Sirinelli, a observação dos itinerários políticos poderia auxiliar no desenho de mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais. Tal reconstituição, que também sofreu com o descrédito do gênero biográfico, foi reabilitada e evidenciou sua fecundidade, quer se trate de trajetórias dos “grandes” intelectuais, dos intelectuais de menor notoriedade mas que tiveram relativa importância em seu tempo, ou mesmo dos “despertadores” que podem representar um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo influência cultural ou política¹⁶. A reconstituição das trajetórias foi beneficiada pelos estudos biográficos e pelo estudo do desenvolvimento de grupos intelectuais inicialmente homogêneos, bem como da reinserção das idéias de seus propositores no terreno social e em seu contexto histórico. Como salientou Jaques Juliard, “les idées ne se promènent pas toutes nues dans la rue”¹⁷, elas estão sendo portadas/criadas por homens que fazem parte de grupos sociais organizados em momentos históricos específicos.

Já o estudo das estruturas de sociabilidade – tidas como agrupamentos permanentes ou temporários, qualquer seja seu grau de institucionalização, nos quais os intelectuais decidem por inúmeras razões participar¹⁸ – é geralmente feito a partir de duas estruturas essenciais nesse meio: as revistas e os manifestos e abaixo-assinados. Os manifestos e abaixo-assinados permitem aos seus participantes

¹⁵ SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle*, Revue d'Histoire, v. 9, n. 9, p. 99, 1986. Discussão retomada em: SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, 2003, p. 242-243.

¹⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, 2003, p. 245 a 248. Ver também: LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, 2003, p. 141-184; BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

¹⁷ Apud SIRINELLI, 1986, p. 98.

¹⁸ SIRINELLI, 1986, p. 103.

“contarem-se num protesto”. Ambos suscitam questionamentos sobre a origem e formação dos grupos de apoio e, em seu desfecho, possibilitam ao historiador perceber e analisar os abalos da consciência nacional que suscitaram as declarações públicas¹⁹. Já as revistas se destacam como pontos de encontro de itinerários individuais e coletivos sob um “credo” comum²⁰ e como meios de expressão coletivos. Em suas considerações sobre o tema, Sirinelli destaca que as revistas estruturam o campo intelectual por meio de forças antagônicas da adesão (pelas amizades, fidelidades e influências) e de exclusão (pelas posições tomadas, debates suscitados e cisões resultantes). As revistas também são tidas como observatórios privilegiados do microcosmo intelectual (valorizando-se aqui as questões de amizade, hostilidade, ruptura, rivalidade, rancor, etc., que muitas vezes desempenham papel decisivo) e lugares de excelência para a análise do movimento das idéias. Para o autor, “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão”²¹.

Por fim, o estudo da noção de geração – que muitas vezes engloba os “efeitos de idade”, os microcosmos e as redes – não deve desconsiderar a dificuldade intrínseca de tal estudo, visto que as gerações intelectuais são essencialmente multiformes, elásticas, são conjuntos complexos de contornos incertos e bordas porosas. Tendo ciência dessa complexidade, deve-se partir da compreensão de uma dupla abordagem de geração, válida tanto para o estudo das gerações políticas, quanto das intelectuais (que não devem ser consideradas equivalentes). A primeira considera que esta pode nascer do encontro de jovens – no tempo de estudo ou no seio de uma atividade cultural – com um evento ou crise fundante que, por sua vez, deixará marcas comuns na sensibilidade desse grupo. Outra proposta possível contempla a sondagem daqueles que, no seu tempo intelectual,

¹⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, 2003, p. 249.

²⁰ Para Jacqueline Pluet-Despatin, que realizou um trabalho específico sobre a contribuição das revistas para a história dos intelectuais, as revistas, também alcunhadas de “capela” ou “círculo iniciático”, têm vocação de recrutar novos convertidos, para ocupar os lugares dos mortos, dissidentes ou expulsos. Para a autora, é nesse sentido que o termo agrupamento (designativo da ação de reunir e evocar os ideais do movimento, da mudança) dá conta da realidade viva da revista, visto que ela não se reduz ao seu sumário, mas é produto de uma intensa atividade de bastidores. PLUET-DESPATIN, Jacqueline. Une contribution à l'Histoire des intellectuels: les revues. In: RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel (Orgs.). *Sociabilités intellectuelles*: lieux, milieux, reseaux. Paris: IHTP/CNRS, 1992, p. 127. Cahiers de l'IHTP, 20.

²¹ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, 2003, p. 249.

cimentam um corte demográfico de jovens intelectuais que a distingue da precedente²². Sirinelli destaca que a geração se situa no tempo curto do ritmo das décadas e que é indissociável da noção de evento, visto que o marco fundador é essencial para a aparição de uma geração. Propõe ainda que o estudo das gerações deve abarcar um triplo registro – especialmente tratando-se de história política – constituído pelas “ideologias”, pela cultura política e pelas representações e sensibilidades²³. Para o autor, os “efeitos de idade” e as gerações devem ser avaliados no estudo da história dos intelectuais, visto que no meio intelectual os processos de transmissão culturais são basilares: um intelectual se define sempre em referência a uma herança, como legatário ou filho pródigo. E complementa: quer haja uma ruptura ou a tentação de omissão, o patrimônio anterior é elemento de referência implícita ou explícita em seu posicionamento. Conforme o autor,

por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida²⁴.

Neste sentido, o esclarecimento dos “efeitos de idade” e dos fenômenos de geração no meio intelectual vão além do procedimento descritivo; eles se revestem, em determinados casos, das virtudes explicativas de sua origem e de sua fundamentação, pois, como destaca o autor, estes são fenômenos não-inertes e muitas vezes engrenagens determinantes do funcionamento deste meio²⁵.

Em artigo em que faz um balanço retrospectivo dos anos 60 na França, Sirinelli apontava as inovações que a história cultural trouxe aos estudos dos intelectuais. Compreendendo que a história cultural questiona “como os homens representam e se representam o mundo que os cerca”²⁶, o autor destaca que tal postura permite pensar também a integralidade dos processos de circulação dos fatos não-materiais de dada sociedade. Nesse sentido, a história cultural irá se interessar pelos

²² SIRINELLI, 1986, p. 106-107.

²³ SIRINELLI, Jean-François. Génération et histoire politique. *Vingtième Siècle*, Revue d'Histoire, v. 22, n. 22, p. 67-68, 1989.

²⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, 2003, p. 255.

²⁵ Id., *ibid.*

²⁶ SIRINELLI, Jean-François. Este século tinha sessenta anos: a França dos *sixties* revisitada. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 3, jan.-jun. 2004.

suportes de difusão e transmissão enquanto vetores das formas de cultura, estabelecendo seu campo na junção das representações e das práticas, e valorizando o sujeito agente também como sujeito pensante de sua história. Dessa postura audaciosa e ampla da chamada *Nova História Cultural*, derivou outra maneira de pensar a história dos intelectuais e mesmo a história intelectual (história cultural sempre vinculada ao político). A primeira, nesta perspectiva, ainda irá preconizar o estudo dos “papas” do pensamento, mas também estabelecerá como novos objetivos a análise da circulação das idéias emitidas e das ideologias forjadas ou difundidas pelos seus ideólogos. Já a história intelectual terá como objeto, além das correntes de pensamento e dos pensamentos construídos, a articulação, em dada sociedade, entre estes e as percepções individuais ou coletivas, expressas em registros menos elaborados e os fenômenos de circulação, impregnação e enraizamento deste pensamento²⁷. Assim, a história cultural estará contribuindo para o estudo dos intelectuais em si e para a compreensão da influência destes em seu meio sócio-histórico, ampliando não só os objetos de análise, mas também as fontes de pesquisa e as abordagens teórico-metodológicas que darão conta de tal proposta inovadora e abrangente. Nessa direção, é destaque o trabalho realizado por Roger Chartier e suas considerações sobre os textos, a apropriação e a criação derivadas do processo de leitura.

Os estudos de Chartier são referência para a análise da história da leitura e das formas de apreensão do texto, importantes ferramentas para a análise e compreensão da difusão dos textos, sua apreensão e sua difusão em sociedade, portanto imprescindíveis para um estudo da história intelectual mais abrangente. Esse autor evidenciou, a partir do desenvolvimento proposto nos estudos de Fernando de Rojas e Pierre Bourdieu, que a apreensão de um texto não é a mesma pelos seus diferentes leitores. Bourdieu, destacando a historicidade não só da escrita mas também de sua leitura, sublinhou que um livro muda pelo fato de não mudar enquanto o tempo muda, ou seja, a compreensão que a sociedade tem sobre as questões se transforma constantemente, daí a significação variar juntamente com o texto²⁸. Já Rojas, preocupado com a variação de sentidos delegada a um texto pelo seu autor e pelos diferentes leitores, considera a leitura como uma atividade produtora de sentidos singulares, não redutíveis às intenções do autor²⁹. Nesse

²⁷ Idem, p. 2.

²⁸ Citado em CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 131.

²⁹ Idem, p. 123.

sentido, Chartier destacou que geralmente o leitor é pensado como alguém que irá apreender na leitura o sentido original (autoral) do texto, situação muitas vezes distante da realidade empírica avaliada em seus estudos. Essa particularidade na apreensão dos textos, esta *apropriação* ímpar, é chamada por Chartier de “invenção criadora no processo de recepção”³⁰, noção que valoriza o leitor enquanto sujeito ativo no processo de interiorização de mensagens. O mote dessa interpretação reside na crítica à automaticidade da produção de sentido – que para muitos estaria além ou aquém das vontades individuais –, ou seja, na ênfase da liberdade dos sujeitos enquanto leitores e enquanto criadores de sentidos singulares³¹, sem desvinculá-lo de seu contexto sócio-histórico (o chamado *fora-do-texto* (Jean Marie Goulemot) de onde nasce o sentido, que abrange o leitor e seu *background* pessoal – sua história coletiva e pessoal –, e a situação de leitura). Segundo Chartier, este novo recorte visa a

compreender como a leitura particular e inventiva de um leitor singular está contida em uma série de determinações, sejam elas os efeitos de sentido visados pelos textos através dos próprios dispositivos de sua escrita, os cerceamentos impostos pelas formas que transmitem esses textos a seus leitores (ou a seus ouvintes) ou as competências ou convenções de leitura próprias de cada “comunidade de interpretação”.³²

Essa abordagem questiona os cânones anteriores e propõe que as produções intelectuais e estéticas, as representações mentais, as práticas sociais, são sempre governadas por mecanismos e dependências desconhecidos dos sujeitos, mas que podem ser pensadas pela historiografia a partir da noção tripla de representação, designativa: 1. das representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; 2. das formas de exibição do ser social ou do poder político, tais

³⁰ Idem, p. 136.

³¹ “Ler é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas seqüências. Não é encontrar o sentido desejado pelo autor, o que implicaria que o prazer do texto se originasse na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido, em um tipo de acordo cultural, como algumas vezes se pretendeu, em uma ótica na qual o positivismo e o elitismo não escaparam a ninguém. Ler é, portanto, constituir e não reconstituir um sentido”. GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 108.

³² CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994. (p. 8 da versão disponibilizada na Internet).

como as revelam signos e “performances” simbólicas através da imagem, do rito e da “estetificação da vida” (Max Weber); e ainda, 3. da “presentificação” em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado de continuidade e estabilidade³³. Tais contribuições dos estudos de Chartier auxiliam não só na compreensão da difusão do pensamento de autores em grupos específicos ou no conjunto da sociedade. Sua ênfase na singularidade da leitura também nos remete à própria formação de leitor dos intelectuais aos quais dedicamos nossas análises. Como leitores, produzem sentidos singulares das suas leituras; como autores, sistematizam idéias que serão lidas de formas singulares pelos seus diversos leitores, cada qual com suas preferências, anseios, níveis de exigência e compreensão particulares. Mais do que pensar somente no específico de cada leitor, acreditamos que a abordagem proposta por Chartier é essencial para evitarmos considerações ingênuas sobre o pensamento ou a vivência dos nossos objetos de estudo.

Sem esgotar as contribuições da historiografia francesa para o estudo da história dos intelectuais e a história intelectual neste breve artigo, acreditamos na proficuidade de análises pautadas nesses arcabouços teórico-metodológicos expostos anteriormente, que já influenciam inúmeros estudos sobre o tema no país. Cientes das inúmeras e profundas dificuldades e limitações de uma pesquisa sobre os intelectuais e de sua produção – questões que nunca se esgotam por completo –, estaremos mais aptos à produção de narrativas históricas críticas e consistentes sobre nossos mediadores culturais. Findamos ressaltando que contribuições de outras disciplinas também têm munido de instrumental teórico-metodológico as pesquisas sobre este tema. Em especial, são importantes referenciais a noção de campo de Pierre Bourdieu; práticas discursivas, ordem dos discursos de Michel Foucault; história dos conceitos de Reinhart Koselleck; contextualismo lingüístico de Quentin Skinner; novo intencionalismo ou intencionalismo fraco e mudança das idéias de Mark Bevir; história conceitual de Pierre Rosanvallon; e do campo da lingüística derivam interessantes noções como de semântica global dos discursos, historicidade dos textos, níveis intra e extratextual, etc. Mais do que apresentar conclusões, encerramos o texto propondo – e desejando – novas investigações sobre este campo tão dinâmico e complexo, tão instigante e promissor, o campo intelectual.

³³ Idem.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Os Annales e a historiografia francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: Ed. da UEM, 2000.
- BARROS, José D'Assunção. A História Cultural francesa – caminhos de investigação. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 2, n. 4, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998. p. 183-191.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia*. 3. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- CHARTIER, Roger (Org). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CLARK, Stuart. Os historiadores dos *Annales*. In: SKINNER, Quentin (Dir.). *As ciências humanas e os seus grandes pensadores*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 221-246.
- DAMAMME, Dominique. Sur les intellectuels en Europe: politique et culture. *Revue Française de Science Politique*, v. 47, n. 1, p. 109-116, 1997.
- DUCLERT, Vincent. L'engagement scientifique et l'intellectuel démocratique: le sens de l'affaire Dreyfus. *Politix*, v. 12, n. 48, p. 71-94, 1999.
- DURANTON-CRABOL, Anne-Marie. France: de l'intellectuel engagé à l'expert? *Matériaux pour L'Histoire de Notre Temps*, v. 48, n. 48, p. 6-13, 1997.
- GIRARD, Marcel. Positions politiques d'Emile Zola jusqu'à l'affaire Dreyfus. *Revue Française de Science Politique*, v. 5, n. 3, p. 503-528, 1955.
- GOMES, Angela de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: o caso de *Festa*. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n. 1, p. 80-106, 2004.
- GUILHAUMOU, Jacques. De l'histoire des concepts à l'histoire linguistique des usages conceptuels. *Genèses*, n. 38, p. 105-118, mar. 2000.
- HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000. p. 15-62.
- JOLY, Bertrand. L'École des chartes et l'Affaire Dreyfus. *Bibliothèque de L'École des Chartes*, v. 147, n. 1, p. 611-671, 1989.
- LEROY, Géraldi. La mondanité littéraire à la Belle Époque. In: RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel (Orgs.). *Sociabilités intellectuelles: lieux, milieux, réseaux*. Paris:

- IHTP/CNRS, 1992. p. 85-100. Cahiers de l'IHTP, 20.
- NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (Orgs.). *Fazer história: novos problemas*. 2. ed. [s.l.]: Bertrand, 1977.
- _____. *Fazer história: novas contribuições*. 2. ed. [s.l.]: Bertrand, 1981.
- _____. *História: novos objetos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- PLUET-DESPATIN, Jacqueline. Une contribution à l'Histoire des intellectuels: les revues. In: RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel (Orgs.). *Sociabilités intellectuelles: lieux, milieux, réseaux*. Paris: IHTP/CNRS, 1992, p. 125-136. Cahiers de l'IHTP, 20.
- RACINE, Nicole. Une cause: l'antifascisme des intellectuels dans les années trente. *Politix*, v. 5, n. 17, p. 79-85, 1992.
- RÉMOND, René. Les intellectuels et la Politique. **Revue française de science politique**, v. 9, n. 4, p. 860-880, 1959.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- RODRIGUES, Helenice. Resenha: François Dosse. *La marche des idées – histoire des intellectuels, histoire intellectuelle*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.
- SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle*, Revue d'Histoire, v. 9, n. 9, p. 97-108, 1986.
- _____. Génération et histoire politique. *Vingtième Siècle*, Revue d'Histoire, v. 22, n. 22, p. 67-80, 1989.
- _____. De la demeure à l'agora. Pour une histoire culturelle du politique. *Vingtième Siècle*, Revue d'Histoire, v. 57, n. 57, p. 121-131, 1998.
- _____. Este século tinha sessenta anos: a França dos *sixties* revisitada. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, jan.-jun., p. 13-33, 2004.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Cafés, revistas e salões: microcosmo intelectual e sociabilidade. In: _____. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 35-85.
- WINOCK, Michel. Les intellectuels dans le siècle. *Vingtième Siècle*, Revue d'Histoire, v. 2, n. 2, p. 3-14, 1984.
- _____. Les affaires Dreyfus. *Vingtième Siècle*, Revue d'Histoire, v. 5, n. 5, p. 19-38, 1985.

